

CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA

LEGISLATIVO A SERVIÇO DO POVO

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS



Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Bem-vindos à Audiência Pública do Município de Sonora. Esta sessão marca um momento fundamental para a governança municipal: a discussão sobre a atualização da nossa Lei Orgânica, o documento que rege a vida pública do nosso município.

Objetivo da Audiência

Apresentar à população as razões técnicas e jurídicas que tornam necessária a atualização da Lei Orgânica Municipal e buscar sugestões para o seu aprimoramento

A Lei Orgânica como Constituição Municipal

Assim como a Constituição Federal rege o país, a Lei Orgânica é a norma suprema do município sua desatualização gera riscos jurídicos reais.

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Panorama da lei atual, emendas constitucionais impactantes, áreas afetadas, riscos da inação e próximos passos do processo legislativo.

A Lei Orgânica do Município de Sonora foi revisada no exercício de 2012. De lá para cá, sobretudo no período entre 2015 e 2025, o ordenamento constitucional brasileiro passou por profundas transformações.

Foram aprovadas diversas Emendas Constitucionais federais e estaduais, que mexeram com temas centrais da vida municipal: organização administrativa, finanças públicas, previdência, política remuneratória de servidores, direitos sociais, cultura, saúde, trânsito, entre outros.

Hoje, nós temos um cenário em que a Constituição Federal e a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul caminharam, mudaram, se modernizaram, e a nossa Lei Orgânica, em vários pontos, ficou para trás. Isso nos coloca diante de três problemas principais:

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

1. Risco de termos dispositivos da Lei Orgânica que simplesmente não valem mais, porque foram superados pela Constituição;
2. Risco de omissão, ou seja, a Lei Orgânica não falar sobre temas que hoje são constitucionais e obrigatórios para o Município;
3. Risco de conflito com a jurisprudência dos Tribunais, com o Tribunal de Contas e com o Ministério Público, gerando judicialização e insegurança jurídica.

A proposta de reforma, portanto, não é cosmética, não é meramente formal. Ela tem como objetivo restabelecer a compatibilidade da Lei Orgânica de Sonora com o texto constitucional vigente, garantir segurança jurídica, melhorar a gestão pública e prevenir conflitos e judicializações desnecessárias."

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Principais blocos de mudanças constitucionais

Para facilitar o entendimento, eu vou organizar as mudanças em blocos temáticos, mostrando, em linguagem simples, o que aconteceu na Constituição e o que isso exige da nossa Lei Orgânica.

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Diversas Emendas Constitucionais modificaram as regras fiscais e financeiras que afetam diretamente os municípios. Sonora precisa incorporar essas mudanças para garantir conformidade legal e proteger suas receitas.

EC 132/2023 – Reforma Tributária

A maior reforma tributária em décadas redefine a estrutura do ISS e cria o IBS, exigindo adequação das normas municipais de arrecadação.

EC 87/2015 – E-commerce

Redistribuição do ICMS nas operações interestaduais por e-commerce; municípios precisam ajustar previsões de receita e legislação correlata.

ECs 75/2013 e 116/2022 – Imunidades

Ampliação das imunidades tributárias sobre fonogramas e obras musicais (EC 75) e isenção de IPTU para imóveis de entidades filantrópicas (EC 116).

ECs 94/2016, 99/2019 e 128 – Precatórios e Encargos

Novas regras para pagamento de precatórios e vedação de encargos excessivos impõem obrigações ao planejamento financeiro municipal.

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Servidores públicos, previdência e remuneração

Integralidade e paridade – EC nº 70/2012

Idade de aposentadoria – EC nº 88/2015

Reforma da Previdência – EC nº 103/2019.

Limites remuneratórios – EC nº 135/2024.

Acumulação de cargos de professores – EC nº 138/2025.

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Agentes comunitários, profissionais da saúde e outras categorias

Agentes comunitários de saúde e de combate às endemias – EC nº 120/2022;

Piso da enfermagem – EC nº 124/2022

Direitos sociais, cultura, ciência e tecnologia

Transporte como direito social – EC nº 90/2015;

Sistema Nacional de Cultura – EC nº 71/2012; e

Ciência, tecnologia e inovação – EC nº 85/2015.

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Segurança viária, manifestações culturais e outros temas

Segurança viária – EC nº 82/2014.

Expropriação por trabalho escravo e cultivo de psicotrópicos – EC nº 81/2014;

Manifestações culturais com animais – EC nº 96/2017.

Funcionamento da Câmara Municipal e mandatos

Sessões virtuais da Câmara;

Data e horário da posse – Emenda à Constituição Estadual nº 96/2025;

Licença maternidade e paternidade para vereador;

Emendas parlamentares individuais – ECs nº 86/2015, 100/2019 e 126/2022.

Eleição da mesa.

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Consequências de não atualizar a Lei Orgânica

Se, diante de tudo isso, o Município permanecer com a Lei Orgânica desatualizada, nós corremos uma série de riscos concretos.

Entre eles:

- Inconstitucionalidade formal ou material de dispositivos orgânicos;
- Judicialização crescente por parte de servidores, categorias profissionais, contribuintes e cidadãos em geral;
- Risco de responsabilização de gestores e de membros do Legislativo perante o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário;
- Insegurança jurídica na aplicação de pisos salariais, imunidades tributárias, pagamento de precatórios e demais obrigações legais;
- Perda de oportunidades de captação de recursos e parcerias em cultura, ciência, tecnologia, saúde e assistência

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Benefícios esperados com a reforma

Por outro lado, ao reformar a Lei Orgânica de Sonora, alinhando-a a esse conjunto de Emendas Constitucionais, nós teremos:

- Reforço da segurança jurídica e da estabilidade institucional;
- Melhor planejamento fiscal e orçamentário, observando as novas regras tributárias, de precatórios e de pisos salariais;
- Valorização dos servidores e agentes políticos, com regras claras de previdência, remuneração e direitos;
- Aprimoramento das políticas públicas em transporte, cultura, saúde, ciência e tecnologia;
- Modernização do funcionamento da Câmara Municipal, com sessões virtuais, regras claras de posse e licenças, e fortalecimento do papel fiscalizador e legislativo

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Conclusão

Diante de todo esse quadro, fica evidenciada a necessidade e a urgência de reforma da Lei Orgânica do Município de Sonora.

O objetivo não é criar uma nova Constituição municipal do zero, mas sim compatibilizar o nosso texto com a Constituição Federal e com a Constituição Estadual, conferindo mais racionalidade, transparência e eficiência à gestão pública municipal.

A partir desta audiência, a ideia é que as contribuições dos vereadores, das entidades e da população sejam incorporadas ao texto da proposta de Emenda, para que tenhamos uma Lei Orgânica moderna e juridicamente segura

Audiência Pública – Revisão da Lei Orgânica Sonora - MS

Agradeço a atenção de todos e fico à disposição para esclarecimentos técnicos

Several white lines of varying lengths and orientations are positioned in the bottom right corner of the slide, creating a modern, abstract graphic element.